

LITERATURA INFANTIL E EDUCAÇÃO:
CONTAR HISTÓRIAS E FORMAR LEITORESCHILDREN'S LITERATURE AND EDUCATION:
STORYTELL AND FORMING READERSJuliara Dias dos Santos¹
Adão Aparecido Molina²

RESUMO: Este texto tem por objetivo destacar a importância da literatura infantil na educação da criança formando leitores. Descreve, a princípio, um breve histórico quanto à relação entre literatura e educação da criança, em seguida discorre sobre leitura e formação do leitor infantil e, finalmente, destaca a importância da contação de histórias na formação do leitor. Para tanto, foram realizados estudos bibliográficos com os principais autores que discutem o tema, como: Zilberman (1994), Abramovich (1997), Coelho (2000), entre outros. Antes mesmo de a criança aprender a ler ela ouve histórias contadas por avós, pelos pais ou por outras pessoas. São momentos que lhe proporcionam prazer, emoção, suspense, alegria, dentre tantos outros sentimentos. Desde os primórdios o homem das cavernas contava histórias por meio da arte rupestre e em torno de fogueiras. Mas, a literatura infantil propriamente dita surgiu apenas no século XVIII, com o “aparecimento” da infância. Além disso, foi nesse século que se desenvolveu significativamente a indústria, facilitando as produções em série, a distribuição e o consumo. Hoje, nota-se certo abandono do livro de histórias e uma predileção pelas imagens da TV, por serem fáceis, prontas e acabadas. É necessário reverter esse quadro. Por isso, torna-se fundamental a contação de histórias, a fim de envolver a criança de tal forma a aproximá-la do livro e da leitura, para que ela possa compreender a realidade na qual vive, tornando-se um indivíduo crítico. O professor precisa incentivar seu educando a ler, embora esse papel seja também da família e do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: literatura infantil; educação; contação de histórias; leitura.

ABSTRACT: The present text has as its aim to highlight the importance of the Children's literature in the child education forming readers. It shows, at first, a brief historic to the relation between the children's literature and the children's education, next it talks about the reading and forming child readers, at last highlight the importance of the storytelling in the formation of new readers. Bibliographic study with the main authors about this theme such as Zilberman (1994), Abramovich (1997), Coelho (2000), among others was done. Before the children learn how to read they listen to stories, told by their grandparents, parents and other people. Those moments give them pleasure, emotion, suspense, joy, among many other feelings. Since the begging the cave men told stories through the art drawing in the caves and around the fire. The Children's literature as it is known appeared in the XVIII century, with the “appearing” of the childhood. Besides, It was in the same century that a significant development of the industry happened, facilitating the mass production, the distribution and consumption. Nowadays, we can see a kind of neglect of the storybook and a tendency for the TV images, because they are easier and done. It is necessary change it back. That is why, it is crucial the storytelling, in order to involve the children in a way they get closer to the books and the reading, to allow them to understand the reality they live and became a critic person.

¹ Mestre em ensino: formação docente interdisciplinar. Professora do ensino fundamental na rede municipal de Paranavaí - PR. E-mail: juliara2002@yahoo.com.br.

² Doutor em Educação. Professor do Colegiado do Curso de Pedagogia e do Mestrado em Ensino da Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranavaí. E-mail: adaoamolina@gmail.com

The teacher needs encouraging his/her students to read, although it is also a part of the work of the family and the State.

KEYWORDS: children's literature; education; storytelling; reading.

INTRODUÇÃO

A literatura infantil surgiu no século XVIII, em um contexto de ascensão da família burguesa, uma reorganização da escola, e a valorização da infância. As histórias serviam como instrumento da pedagogia, sendo por isso afastada do patamar de literatura e da arte. Neste contexto, a literatura possuía como função estabelecer aparelhos ideológicos a fim de preservar a unidade do lar e o lugar do jovem no meio social.

Desde a antiguidade, o homem das cavernas reunia-se em grupos em torno da fogueira para contar histórias, a fim de narrar como caçou um animal, ou para explicar fenômenos da natureza através de sua imaginação. As histórias foram transmitidas oralmente por viajantes, avós, mestres espirituais e contadores profissionais, encantando crianças e também adultos, pois representam formas de confortar, ensinar e emocionar.

Giordano (2007) escreve que a maioria da literatura era direcionada para o estudo dos Contos de Tradição Oral, esclarece que todos os países, crenças e diferentes etnias possuem suas tradições e lendas. Muitas religiões e cultos até hoje transmitem importantes lições por meio de histórias. Em função disso, a história tem o poder de envolver, de fazer esquecer os problemas, de fazer sonhar, de fazer acreditar no impossível, além de desenvolver a criatividade, a imaginação e incentivar o prazer de ler.

A literatura infantil atende à necessidade de ficção e de fantasia da criança, integrando sua personalidade ao mundo, e levando-a a posicionar-se perante diversos pontos de vista, ampliando sua visão da realidade. Assim, a criança pode se identificar com personagens, descobrir soluções para problemas de sua própria vida, esclarecer dificuldades, entre outros. Além disso, a história provoca diferentes emoções e leva a descobrir outros lugares, tempos e maneiras de agir.

Nessa perspectiva, busca-se com este estudo apresentar uma contribuição da literatura infantil para a educação da criança e para a formação do leitor. Chamamos a atenção para a compreensão de como a contação de histórias pode criar na criança o gosto pela leitura, e consequentemente, desenvolver sua capacidade cognitiva.

Por essa razão, o estudo proporcionará um maior conhecimento sobre a literatura infantil, por intermédio de um breve histórico sobre a relação entre a literatura infantil e a educação da criança, percorrendo em seguida sobre a leitura e a formação do leitor, para finalmente discutir a importância da contação de histórias na formação do leitor, com base nos estudos bibliográficos

de autores como Regina Zilberman (1994), Fanny Abramovich (1997), Nelly Novaes Coelho (2000), dentre outros.

1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A LITERATURA INFANTIL E A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA

A princípio o homem sentiu a necessidade do lúdico e do sagrado, por isso nota-se a importância do maravilhoso, do fantástico e do mágico. Dessa maneira, as histórias eram ligadas a deuses e a homens heróis, propiciando a origem do mito. Surgiram as epopeias, isto é, as histórias fantásticas de guerras e heróis.

A escrita, tal como a conhecemos hoje, surgiu em 3000 a.C., mas a tradição oral data de 800 a.C., com as histórias de Homero, como: *A Ilíada e A Odisséia*. Nota-se nessas obras a transição entre o mito e a filosofia. Era por intermédio dessas histórias que os gregos educavam a criança, ensinando-lhe a honra e a ser guerreira. Conforme esclarece Coelho (2000):

[...] tendo em vista as peculiaridades da mente popular (rudimentar) e da infantil (imatura), compreende-se que a linguagem poética (ou literária em geral) tivesse sido utilizada, desde os primórdios (através dos rituais, por exemplo), para transmitir padrões de pensamento ou de conduta às diferentes comunidades (COELHO, 2000, p. 43).

Essa autora registra ainda que, as fábulas surgiram com Esopo, 620 a.C., e na forma escrita no século III d.C. Essas histórias, também de tradição oral, eram moralistas, apresentando animais personificados, ou seja, que adquirem comportamento humano, com a função de ensinar a virtude para crianças e adultos. Juntamente com as fábulas surgiram as tragédias, como *Édipo Rei*, e as histórias orientais (de hindus, persas, e as judaicas), como *As mil e uma noites*. Histórias estas compiladas entre os séculos XIII e XVI, mas publicadas somente em 1704, quando surgiu a imprensa.

No século XVII, o francês La Fontaine (1621-1695) modificou levemente as fábulas, aplicando-lhes uma certa ironia, tornando-as mais atuais. Como essa era uma época de transição entre feudalismo e capitalismo, as pessoas precisavam saber negociar, ler e escrever, assim, as histórias possuíam função de ensinar a classe burguesa. Essa foi uma época de valorização da infância, já que até então a criança era considerada e tratada como um adulto em miniatura.

Segundo Coelho (2000, p. 29) “[...] como a criança era vista como um ‘adulto em miniatura’, os primeiros textos infantis resultaram da adaptação (ou da minimização) de textos escritos para adultos”. Assim, a literatura infantil surgiu como um apelo educacional ao ideário burguês, sendo sua função educar e divertir, mas por meio de uma moral utilitária.

A literatura infantil surgiu no século XVIII, período no qual os gêneros clássicos entraram em decadência, dando lugar ao drama e ao romance. Com a industrialização, tornaram-se possíveis as produções em série, facilitando a distribuição e o consumo de livros. Assim, a literatura infantil nasceu nesse contexto, com características próprias, ligadas à ascensão da família burguesa, à reorganização da escola e à valorização da infância.

Dessa forma, surgiu como instrumento da pedagogia, com a intenção de defender a unidade do lar, de ensinar etiqueta e moral para crianças da classe burguesa, a fim de defendê-las dos perigos do mundo adulto, além de preservar o lugar do jovem no meio social. O autor marcante desse período é Charles Perrault (1628-1703), com a obra *Histórias ou contos dos tempos passados*, de 1697.

No século XVIII, a ideologia da família burguesa estava pautada no individualismo, na privacidade e na promoção do afeto. Além disso, tanto a criança quanto a mulher gozavam de uma maior liberdade, sendo esta valorizada como figura materna. Já com a classe proletária, o processo é inverso. Devido à baixíssima renda familiar, as crianças precisavam trabalhar. Assim, surgiu um novo estímulo quanto à frequência à escola, já que são estas as crianças que formariam a mão-de-obra para as indústrias.

Nesse contexto, a escola possuía função de sanear os contrastes sociais. Se antes a criança era misturada ao mundo do adulto, agora se torna isolada dele. No século XIX, o ensino tornou-se obrigatório na Europa, conseqüentemente, os adultos precisaram aumentar sua produtividade, dessa forma, não lhes restaria tempo para participar de movimentos políticos e provocar violência. Portanto, a literatura infantil nesse período preocupou-se mais com o desenvolvimento de atitudes do que com o conhecimento e com as habilidades de leitura.

Não obstante, entendemos que a literatura infantil auxilia na compreensão do real, pois a história infantil apresenta elementos da realidade ainda não percebidos pela criança por conta própria. Outro benefício ocorre por meio da linguagem, que propicia o conhecimento e o desenvolvimento linguístico por meio da leitura.

Nota-se, portanto, que a literatura infantil possui de um lado um caráter pedagógico, já que se preocupa em transmitir normas e valores, além de ser percebida pela ótica do adulto. Por outro lado, compromete-se com o interesse da criança, quando lhe proporciona experiências existenciais, por intermédio do conhecimento de histórias e do domínio linguístico.

No período em discussão, a fantasia possuía acentuada relevância, já que apresentava um caráter compensatório, contribuindo para a compreensão do mundo pela criança, e inculcando a impossibilidade de mudar o sistema. É por isso que a literatura infantil possuía desprestígio, uma

vez que a fantasia estava aliada aos interesses dos adultos e que o realismo tornou-se quase que banido dos livros.

Outro fator que merece ser destacado quanto ao surgimento da literatura infantil é a preocupação com o hábito da leitura. Com a expansão do mercado editorial, a ascensão do jornal, a ampliação da rede escolar, e o conseqüente aumento das camadas alfabetizadas, a leitura tornou-se mais acessível enquanto fonte de informações cotidianas.

Na concepção de Zilberman e Magalhães (1984, p. 21) “[...] o ler transformou-se em instrumento de ilustração e sinal de civilidade”. Nessa perspectiva, a leitura propiciava para a criança o conhecimento, a compreensão da realidade, a sua integração à existência burguesa, reforçando o individualismo e o isolamento. Vale ressaltar também que o interesse pela leitura gerou a disposição para o consumo de livros, o que, por conseqüência, aproximou os livros infantis à cultura de massas.

O século XVIII foi caracterizado pelo poder da razão e do progresso, pela liberdade de pensamento e pela emancipação política. Zilberman (1994) faz a seguinte observação:

Os prestígios respectivos da ciência e da leitura aparecem concomitantemente, e com ele, o culto ao livro, o aumento do número de bibliotecas e escolas, a classe dos intelectuais e o magistério. O Iluminismo, no seu relevo à Razão e à Filosofia, é a síntese teórica deste movimento (ZILBERMAN, 1994, p. 67).

Embora existisse a presença da razão e do progresso social com o ideário iluminista, nos livros infantis havia um didatismo muito claro com o mascaramento da verdade, uma vez que se visava adequar o indivíduo a uma sociedade que devia permanecer imutável. Conforme escrevem Zilberman e Magalhães (1984, p. 24), enquanto “[...] a criança burguesa deve ser preparada para assumir sua função dirigente, a criança pobre precisa ser amparada para se converter em mão de obra”. Dessa maneira, o livro excluía o interesse e a necessidade de representação dos males sociais, sendo a criança burguesa treinada para liderar, demandando-lhe saúde mental, enquanto a criança proletária era treinada para confiar na classe dominante, exigindo-lhe saúde física.

A inocência natural da criança devia ser preservada idealmente, sendo destruída aos poucos, preparando-as para a realidade através da ação pedagógica predatória. O próprio pensamento de Rousseau no século XVIII, em sua obra *Emílio ou da Educação*, afirmava que para preservar a pureza infantil, o educando precisava ser afastado da sociedade pelo maior tempo possível, estando em contato com a natureza (ROUSSEAU, 1968).

O que é possível entender, a despeito disso, é que as crianças tornavam-se alheias aos meios de produção material e intelectual, sendo comprimidas e dominadas pelos mais velhos. Eram

diminuídas socialmente ao serem caracterizadas como menoridade, como frágeis física e moralmente e com imaturidade intelectual e afetiva.

A escola, por sua vez, precisava introduzir a criança na vida adulta, mas também precisava protegê-la contra as agressões do mundo exterior. Assim, fechava suas portas funcionando como um sistema de clausura. Os educandos eram reunidos em grupos homogêneos, obrigados a ficar em fileiras de costas uns para os outros, de frente apenas para a autoridade única em sala de aula, que era o professor.

Zilberman (1994) explica que a escola era nesse ponto contraditória, porque negava o social, para inserir, em seu lugar, o normativo. O espaço que se abria por ela era preenchido pelas normas e pelos valores da classe dominante que eram transmitidos ao educando.

A autora afirma ainda que, foi a classe burguesa emergente dos séculos XVIII e XIX que patrocinou a expansão do sistema escolar, com a intenção de manipular a criança, conduzindo-a ao acatamento da norma vigente, ou seja, da classe dominante, a burguesia. Destarte, a literatura infantil tornou-se instrumento da pedagogia, a fim de propagar a norma em vigor.

A autora em referência também explicita que “[...] os fatores estruturais de um texto de ficção – narrador, visão de mundo, linguagem – podem se converter no meio por intermédio do qual o adulto intervém na realidade imaginária, usando-a para incutir sua ideologia” (ZILBERMAN, 1994, p. 20). Coadunando com essas reflexões, Coelho (2000) escreve que até pouco tempo, no século XX, a literatura infantil ainda era vista pela crítica como um gênero secundário, e pelo adulto como algo de diversão ou de utilidade para manter a criança entretida e comportada.

No século XIX, os alemães irmãos Grimm, Jacob (1785-1863) e Wilhelm (1786-1859) romantizaram os contos de Perrault, também voltados para o público infantil. Outro autor que merece destaque é o dinamarquês Hans Christian Andersen (1805-1875). Sua obra mais conhecida é *O patinho feio*. Este autor mostrou em suas obras o conflito entre pobres - trabalhadores das fábricas e minas - e ricos, com temas algumas vezes trágicos, que caracterizam até mesmo a deficiência, como em *Soldadinho de Chumbo*.

Outros autores conhecidos são Lewis Carrol (1832-1898), com a obra *Alice no país das maravilhas*; Carlo Collodi (1826-1890), com a obra *Pinóquio*; Jonathan Swift (1667-1745), com *As Viagens de Gúliver*, e Daniel Defoe (1660-1731), com *Aventuras de Robson Crusóe*. Essas obras apresentam a convivência com outras culturas, e fazem até uma crítica ao capitalismo. No Brasil, as histórias de literatura infantil chegaram com Monteiro Lobato (1882-1948), criador do famoso *Sítio do Picapau Amarelo*. O autor retratou um país rural, em desenvolvimento, fazendo uma crítica

à sociedade ruralista da década de 1950. Zilberman (1994) afirma que, para que a literatura infantil seja considerada literatura, ela precisa ser interrogadora das normas em circulação, a fim de transformar seu leitor em consciente crítico.

A literatura infantil brasileira mais recente traz exemplos significativos, como *História meio ao contrário*, de Ana Maria Machado, *O reiçinho mandão*, de Ruth Rocha, *O Rei de quase tudo*, de Eliardo França, *Soprinho*, de Fernanda Lopes de Almeida, *Onde tem bruxa tem fada...* de Bartolomeu Campo Queirós. Essas histórias apresentam uma contradição às expectativas do leitor em relação a um padrão consagrado pelo uso, o conto de fadas, além de uma promoção na perspectiva dos jovens, rebeldes quanto à arbitrariedade dos adultos. Produzem um questionamento do poder e propõem uma modificação.

No Brasil, na década de 1970, houve uma inclinação neorrealista na literatura, com a narrativa de participação política e a representação das camadas populares, temática que já havia gerado o romance de 1930, contudo, na literatura infantil este era um assunto evitado.

Hoje, têm-se histórias com setores sociais e cenários inéditos, além de relações humanas conflitantes, é o que trazem os livros como *Lando das ruas*, *Pivete ou Os meninos da rua da Praia*, de Sérgio Caparelli, e *Coisas de menino*, de Eliane Ganem. Na visão de Zilberman (1994), para que a introdução da temática de denúncia social não converta o texto em um manual de regras, caindo no didatismo, é preciso verossimilhança no tratamento da história e coerência no desdobramento da ação.

A autora aludida, após análise de ambos os gêneros, conclui que os mesmos se defrontam com padrões vigentes, provenientes da tradição literária, mas procurando rompê-los e inová-los: “Enquanto o conto de fadas pode ser remexido ao extremo, uma vez que está questionando sua rigidez e automatização, a narrativa verista precisa se manter fiel às leis de necessidade e verossimilhança a fim de que permaneça literatura” (ZILBERMAN, 1994, p. 82).

Coelho (2000) explica como a literatura originária de povos antigos continua agradando às crianças de hoje, como, por exemplo, a literatura folclórica, ou as obras clássicas da literatura infantil. Ela conclui que as obras literárias que venceram o tempo, continuam agradando aos interesses das novas gerações, atendendo a motivos particulares, porque são decorrentes de uma verdade humana geral. Segundo ela, ainda hoje são retradadas as eternas paixões humanas, a ambição, a inveja, a generosidade, o ciúme, o ódio, a fidelidade e a traição, dentre outros aspectos.

Quanto à literatura infantil contemporânea podem-se citar autores de renome como Chico Buarque, (com obras como *Os Saltimbancos*; *Chapeuzinho Amarelo*); Ana Maria Machado (*Menina bonita do laço de fita*; *História meio ao contrário*), Ruth Rocha (*Romeu e Julieta*; *Marcelo, Marmelo*,

Martelo), Angela Lago (*A festa no céu*), Sylvia Orthof, (*Uxa, ora fada ora bruxa; Maria-vai-com-as-outras*) Ziraldo, (*O menino maluquinho; Flicz*) entre outros.

Na concepção de Zilberman (1994), mesmo tendo a literatura infantil brasileira um histórico recente, ela apresenta avanços para tornar-se arte literária. Por outro lado, hoje existem fatores que impedem que a literatura infantil seja simplesmente considerada arte literária. É o caso dos meios de comunicação, que fazem com que os livros circulem como cultura de massa, comprometidos com a divulgação e com o consumo. Assim, os livros para crianças passam por grandes tiragens, repetição de clichês, personagens estereotipadas, banalização do assunto, entre outros.

2 LEITURA E FORMAÇÃO DO LEITOR

Zilberman (1994) explica a literatura infantil como “adultocêntrica”, ou seja, ela é escrita, produzida e analisada de acordo com os interesses do adulto. Assim, tem sua importância estética diminuída, pois lhe é atribuída uma função social, já que incute na criança valores sociais e éticos, além de propiciar hábitos de consumo e de comportamentos socialmente preferidos.

Nessa perspectiva, a autora conclui que a literatura infantil possui uma tarefa educativa, exercida tanto em casa quanto na escola. Ela utiliza o termo “traição” para explicar o que acontece com a criança nesse contexto:

Provindo de uma tomada de decisão da qual a criança não participa, mas cujos efeitos percebe, a literatura infantil pode ser considerada uma espécie de traição, uma vez que lida com as emoções e o prazer dos leitores, para dirigi-los a uma realidade que, por melhor e mais adequada que seja, eles em princípio não escolheram (ZILBERMAN, 1994, p. 40).

Para a autora, se por um lado a literatura infantil é desprestigiada devido ao seu intuito educativo, não sendo aceita como arte, por outro, a sala de aula é o espaço privilegiado para o desenvolvimento do gosto pela leitura, funcionando como um setor para o intercâmbio da cultura literária.

Ainda, na visão da autora, a literatura infantil apenas atinge o patamar de arte literária quando se distancia da sua origem comprometida com a pedagogia, apresentando textos de valor artístico aos leitores mirins. Para que isso aconteça, o professor em sala de aula não pode reduzir o texto como em fichas de leituras nas quais as respostas devem ser uniformizadas, além disso, deve incentivar as variadas interpretações pessoais dos educandos, uma vez que cada leitor possui uma percepção própria do universo representado.

Por fim, o professor além de ensinar a ler, precisa ensinar a compreender o texto, interpretá-lo, estimulando a verbalização da leitura procedida, auxiliando na percepção dos temas, para assim incitar o leitor crítico. Essa é a função formadora da literatura infantil, propiciando os elementos para a emancipação pessoal.

Conforme Ribeiro (1999), a literatura infantil hoje precisa ser aproveitada em sala de aula na sua natureza ficcional, proporcionando um conhecimento de mundo, e não como ensino de boas maneiras. Pois, para se trabalhar a leitura na escola desde a educação infantil, é preciso mostrar que ler não é apenas uma atividade escolar a mais, mecânica e descontextualizada, mas uma atividade importante, que necessita ser cheia de significados.

A escritora Ana Maria Machado (2001), afirma que os professores precisam ser apaixonados pela leitura, para que possam dar o exemplo a seus educandos, os futuros leitores. Se nenhum adulto em volta da criança costuma ler, dificilmente vai se formar um leitor. A escola é o espaço de salvação da literatura, da possível formação do futuro leitor. Devido às iniciativas de apoio, campanhas e projetos nessa área, há menos analfabetos e mais crianças lendo, mas os jovens querem conservar o nível de leitura fácil e com isso, perdem o gosto pela leitura e abandonam os livros.

A autora supracitada discute que o fundamental não é multiplicar leitura de consumo, e sim, garantir o encontro com a literatura, no qual haverá o prazer de pensar, confrontar, argumentar. Ela apresenta possíveis soluções para auxiliar na formação do professor e, também, do leitor, a saber: incluir literatura nas escolas que formam professores; leitura silenciosa em certo horário na escola onde todos leem, sem cobranças; salas de leituras para professores; concursos para professores leitores de literatura; entre outros (MACHADO, 2001).

A escritora lembra que, nem todos se converterão em leitores, mas todos têm o direito de descobrir o que é ler literatura e para que se lê, sendo que todo professor, não importa de qual disciplina, deve estar em condições de dar ao aluno a oportunidade de fazer essa descoberta.

Coelho (2000), ao discutir sobre esse assunto, postula que a literatura, em especial a literatura infantil, tem uma tarefa fundamental para cumprir na sociedade em constante transformação. Conforme ela entende, a literatura deve servir como agente de formação, seja no convívio espontâneo entre leitor e livro, seja no diálogo estimulado pela escola entre o leitor e o texto.

Segundo a autora mencionada, a escola é o espaço privilegiado para o encontro entre o leitor e o livro, onde serão lançadas as bases para a formação do indivíduo. A leitura exercita a mente, a percepção do real, a consciência do eu em relação ao outro, a leitura do mundo nos seus

diversos níveis, além de dinamizar o estudo da língua. Esse espaço deve ser, hoje: “[...] libertário (sem ser anárquico) e orientador (sem ser dogmático), para permitir ao ser em formação chegar ao seu autoconhecimento e a ter acesso ao mundo da cultura que caracteriza a sociedade a que ele pertence” (COELHO, 2000, p. 17).

A autora divide o espaço-escola em dois ambientes: o programado e o livre. O primeiro acontece na sala de aula, biblioteca etc., onde a assimilação de informações e conhecimentos é exigida do educando. O segundo realiza-se em sala de leitura, recanto de invenções, oficina da palavra, laboratório de criatividade, espaço de experimentação etc., onde as potencialidades específicas do educando serão estimuladas. Já o papel do professor é estar atento às transformações do momento e reorganizar seu próprio conhecimento de mundo, orientado por três eixos: da literatura, como leitor atento; da realidade social, como cidadão consciente crítico; e da docência, como profissional competente.

Coelho (2000) afirma que o ato de ler ou de ouvir a história transforma-se em um ato de aprendizagem. Mesmo que não tenha uma função pedagógica, a história dirige-se para a criança numa fase essencialmente de aprendizagem linguística. Essa autora, utilizando-se das ideias de Soriano (1975), faz a seguinte observação:

[...] Se a infância é um período de aprendizagem, [...] toda mensagem que se destina a ela, ao longo desse período, tem necessariamente uma vocação pedagógica. A literatura infantil é também ela necessariamente pedagógica, no sentido amplo do termo, e assim permanece, mesmo no caso em que ela se define como literatura de puro entretenimento, pois a mensagem que ela transmite então é a de que não há mensagem, e que é mais importante o divertir-se do que preencher falhas (de conhecimento) (SORIANO, 1975, *apud* COELHO, 2000, p. 31).

Conforme Coelho (2000), para que a criança se interesse pelo livro, é necessária uma adequação dos textos às distintas etapas do desenvolvimento infantil/juvenil. A inclusão do leitor em determinada categoria dá-se pela inter-relação entre a sua idade cronológica, seu nível de amadurecimento biopsíquico-afetivo-intelectual e o grau do nível de conhecimento/domínio do mecanismo de leitura.

Aguiar (1986) sistematizou o desenvolvimento da personalidade e da leitura da criança e do adolescente entre 3 a 15 anos. Entre os 3 e 6 anos, a criança possui um pensamento pré-conceitual e uma mentalidade mágica, não fazendo distinção entre o eu e o mundo. Esta fase de pré-leitura, na qual está desenvolvendo a linguagem oral, além de perceber e relacionar imagens e palavras, os livros precisam apresentar gravuras, rimas e cenas individualizadas.

Entre os 6 e 8 anos, o pensamento é intuitivo, a criança está adquirindo conceitos de espaço, tempo e causa. Sua mentalidade ainda é mágica, sendo que utiliza a fantasia para compreender o real. Nesta fase, faz leitura compreensiva de textos curtos, sendo a ilustração um instrumento facilitador entre o que se lê ao pensamento a que o texto remete. Assim, as histórias devem ser de aventuras ambientadas na família, escola e comunidade, histórias de animais, fantásticas, de humor, de animismo.

Entre os 8 e 11 anos a criança já apresenta um pensamento concreto, além da capacidade de classificar, enumerar e ordenar; faz leitura interpretativa, tendo menor dependência de ilustrações. As histórias para essa fase devem ser contos fantásticos, de fadas, folclore, histórias de humor e animismo.

Entre os 11 e 13 anos, o adolescente faz operações formais, tendo maior orientação para o real. Nessa fase ele já consegue ler textos mais extensos e complexos quanto à ideia, estrutura e linguagem. As histórias devem ser de aventuras sensacionalistas, como detetives, fantasmas, ficção científica, temas da atualidade e histórias de amor. Entre os 13 e 15 anos há descoberta do mundo interior, além da formação de juízos de valor. Nessa fase a leitura é crítica, confrontando ideias do material de leitura com sua própria experiência.

Coelho (2000), por sua vez, organiza as categorias em pré-leitor, que se subdivide em primeira infância (dos 15/17 meses aos 3 anos) e segunda infância (a partir dos 2/3 anos); leitor iniciante (a partir dos 6/7 anos); leitor-em-processo (a partir dos 8/9 anos); leitor fluente (a partir dos 10/11 anos); e leitor crítico (a partir dos 12/13 anos).

Segundo ela, na primeira infância podem ser apresentados às crianças desenhos em folhas soltas ou em álbuns, feitos de material resistente e agradável ao tato, como pano, plástico, papel grosso etc. O adulto deve manipular e nomear os desenhos ou brinquedos. Na segunda infância, as imagens devem predominar nos livros, sem texto escrito ou com textos brevíssimos, que podem ser lidos pelo adulto. É importante a utilização da técnica da repetição ou reiteração dos elementos, além da graça, humor e clima de expectativa, fatores que contribuem para manter a atenção e o interesse da criança.

Para o leitor iniciante, a imagem ainda deve prevalecer, sendo que a narrativa deve desenvolver um fato simples e linear que tenha princípio, meio e fim. As personagens podem ser humanas ou simbólicas (plantas, objetos, animais), mas sempre com traços de caráter bem nítidos. Já o livro para o leitor em processo deve apresentar imagens em diálogo com o texto, textos escritos em frases simples, em ordem direta e de comunicação imediata e objetiva. O humor, o realismo e o imaginário despertam interesse nessa fase.

Para o leitor fluente a leitura segue apoiada pela reflexão, sua percepção de mundo aumenta, desenvolve-se o pensamento hipotético dedutivo e a capacidade de abstração. As personagens mais atraentes são os heróis essencialmente humanos, que lutam por um ideal humanitário justo. Os gêneros narrativos que mais chamam a atenção são os contos, as crônicas e novelas, de cunho aventuresco ou sentimental. O leitor crítico, por sua vez, encontra-se na fase de desenvolvimento do pensamento reflexivo e crítico, empenhado na leitura do mundo, a literatura deve provocá-lo para que ele possa adentrar no mecanismo da leitura.

3 A IMPORTÂNCIA DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS PARA A FORMAÇÃO DO LEITOR

Sisto (1994) discute sobre a importância da leitura e da contação de histórias para a formação do leitor, conforme ele escreve:

Ler é dialogar? É. Ler é duvidar? É. Ler é entender o significado das coisas, e por isso entender o outro? É! Ler é se transformar através do sentido que a palavra produz? É. Então ler um bom livro é sempre garantir a mudança: nós nunca seremos os mesmos depois de terminada a leitura. Terminada no papel e continuada na vida! (SISTO, 1994, p. 29).

Segundo esse autor, é por meio do prazer da leitura que surge o fascínio de contar, e é por meio da contação que o mundo imaginário é salvo, pois a palavra evoca imagens e unida ao gesto sonoro e corporal, é capaz de levar o ouvinte a uma suspensão temporal. Platão em *A República* já se referia à importância de se contar histórias às crianças gregas. Aristóteles, a bíblia, as sociedades tribais, todos praticavam a arte de contar histórias (SISTO, 1994).

Conforme Ribeiro (1999), ao ouvir histórias recupera-se a herança empírica do homem, seus medos, suas descobertas, seus desejos, recupera-se, também, o aroma folclórico, agreste, de uma atividade grupal e, em especial, o sentido de alívio em saber que os outros vivenciam conflitos semelhantes aos nossos.

Hoje, existem técnicas e recursos que auxiliam o contador a contar a história de forma profissional. São os gestos, as pausas, os silêncios, os movimentos corporais e as expressões faciais que auxiliam no trabalho. O primeiro passo antes de contar uma história, é a escolha da mesma. É preciso gostar da história que se vai contar, além de ser capaz de contá-la de memória, sem precisar decorá-la, assim, a história fluirá com naturalidade, credibilidade e emoção. Outros fatores fundamentais são a correção gramatical, a clareza, a eliminação dos vícios de linguagem.

É também relevante conhecer o público para o qual se irá contar a história, suas experiências de leitura. O contador tem que ter em mente o objetivo que quer atingir contando determinada história, afinal, a história tem o poder de divertir, discutir um tema, despertar emoções ou informações, promover integração social e cultural etc.

É preciso tornar a história atraente, instigante, e não dar ao ouvinte todos os elementos prontos. É essencial a prática da contação pelo contador, pois quanto mais ensaiar, maior precisão terão seus gestos e movimentos. O contador precisa conhecer a história para levantar questões que levam à compreensão do tema. Vale ressaltar que o tempo ideal para a duração de uma história para crianças não deve ultrapassar dez minutos.

Trabalhar com a literatura infantil na sala de aula proporciona diversos benefícios. Apresentar o faz de conta e o simbólico colabora para que a criança tenha discernimento entre o real e o fictício. Além disso, o simbólico é fundamental para o desenvolvimento da criança, uma vez que ela vivencia papéis quando está brincando, como o de motorista, de mãe, brincando de casinha etc. Contar histórias também auxilia no desenvolvimento das noções de início, meio e fim, seguindo o fio argumentativo da narração, auxiliando no desenvolvimento da memória. Ademais, os contos de fadas trabalham a linguagem, a imaginação e os dilemas humanos.

Para Abramovich (1997) ler para crianças é instigar o imaginário delas, é ter respostas para tantas curiosidades em relação às muitas perguntas que as crianças fazem, é fazê-las se identificarem com as personagens e aos poucos esclarecer suas próprias dificuldades ou encontrar soluções para parte de seus problemas.

O professor precisa estar apto para escolher obras apropriadas ao leitor infantil, além de empregar recursos metodológicos eficazes, a fim de estimular a leitura. É preciso que o professor varie as obras apresentadas como também procure integrá-las aos interesses dos educandos. Se o professor não tem essa preocupação, é no período da adolescência que o jovem demonstrará a desmotivação quanto à leitura. Portanto, para que isso não ocorra, o educador precisa ter o conhecimento de um acervo literário representativo e o domínio de critérios de seleção, para assim permitir que, por meio da leitura, os alunos façam o discernimento do mundo tendo um posicionamento crítico perante a realidade.

Para contar a história, o professor pode ser natural, ou seja, não são necessários muitos efeitos especiais. É preciso evitar adaptações, para não perder o elemento da fantasia. Além disso, não é preciso fugir das palavras consideradas difíceis, elas são necessárias para as crianças aprenderem o novo. Se o professor explica demais, fazendo adaptações, ele retira o mistério e o elemento surpresa. A contação também é fundamental, pois é um ponto de encontro, momento

de interação entre professor/aluno e aluno/aluno, além de ser ponto de partida para outras atividades.

Segundo Ribeiro (1999), a matéria-prima do contador de histórias é constituída de três elementos, a saber: palavras, silêncio e linguagem corporal. A harmonia entre esses elementos determinará o sucesso da história. As palavras precisam ser revestidas de melodia e de musicalidade, além disso, é preciso modular a voz, usar sinônimos, usar figuras de linguagem, saber situar o discurso entre o padrão culto e o padrão popular da língua.

Para o autor, o silêncio é tão importante quanto a palavra, mas necessita ter uma duração precisa. Ele permite que o ouvinte saboreie as palavras e construa as imagens calmamente. Quanto à linguagem corporal, esta tem que ser espontânea e marcante, o contador deve se enruguar para falar ou fazer uma cara de espanto, de alegria, dentre outros recursos.

O bom contador se avalia pela sua intensidade de leituras e de releituras e não pela quantidade de livros lidos. É preciso encontrar o ritmo de leitura e de estudo de cada um, frequentar livrarias, bibliotecas, palestras e cursos, organizando-se para alargar o repertório. É necessário estudar a história e escolher a melhor forma ou recurso de apresentá-la. Pode ser a simples narrativa, ou contar com o auxílio do livro, usar gravuras, desenhos, interferência dos alunos, ou recursos como fantoches, marionetes, sombras, dentre outros.

Quanto ao ambiente, segundo Ribeiro (1999), caso se conte a história para uma classe só, é interessante levar as crianças para a biblioteca ou para o pátio - se possível, aproveitando a sombra de uma árvore - e pedir para que os alunos fiquem em meia lua, bem à vontade. Se forem muitas turmas, o ideal é um local fechado com boa acústica e sem cadeiras, para que os alunos sentem-se no chão e fiquem mais próximos do contador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para se trabalhar a leitura na escola são sugeridas muitas propostas, como o cantinho da leitura, onde a criança lê os livros em um espaço agradável na sala de aula, com almofadas e bem decorado. Há também a biblioteca na sala, onde os livros ficam à disposição das crianças, conforme elas terminam alguma atividade, podem escolher os livros que queiram ler.

Também se pode fazer a leitura direcionada, na qual o professor escolhe o tema e desenvolve atividades específicas com o aluno. Podem-se utilizar recursos como músicas, instrumentos e objetos para enriquecer a contação da história. Após a contação do professor, podem-se realizar várias atividades, afinal o objetivo da contação não precisa ser um simples passatempo. É proveitoso trabalhar com desenhos, pinturas, colagem, modelagem, fantoches,

sucatas e praticar o conto de histórias participativas, nas quais as crianças movimentam o corpo e fazem sons enquanto escutam a história.

O professor também pode produzir um texto coletivo, e indagar o aluno sobre o que entendeu da história, registrando no caderno, assim, terá trabalhado interpretação oral e escrita. Pode-se sugerir que as crianças criem desfechos diferentes para a história, dramatizem com roupas e adereços, ou que criem sua própria história. Todas essas propostas auxiliam no desenvolvimento do raciocínio lógico, no esquema corporal, na socialização, na criatividade e o mais importante é que auxiliam o interesse da criança pela leitura.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVICH, Fanny. *Literatura Infantil: gostosuras e bobices*. São Paulo: Scipione, 1997.
- AGUIAR, V. T. de. Leituras para o 1º grau: critérios de seleção e sugestões. In: ZILBERMAN, R. (org.) *Leitura em crise na escola: as alternativas do professor*. 6 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- COELHO, Nelly Novaes. *Literatura infantil: teoria, análise, didática*. São Paulo: Moderna, 2000.
- GIORDANO, Alessandra. *Contar histórias: um recurso arteterapêutico de transformação e cura*. São Paulo: Artes Médicas, 2007.
- MACHADO, Ana Maria. *Texturas: sobre leituras e escritos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- RIBEIRO, Jonas. *Ouvidos dourados: arte de ouvir histórias para depois contá-las*. São Paulo: Ave Maria, 1999.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da educação*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.
- SISTO, Celso. *Textos e pretextos sobre a arte de contar histórias*. Rio de Janeiro: Proler, 1994.
- ZILBERMAN, Regina. *A literatura infantil na escola*. São Paulo: Global, 1994.
- ZILBERMAN, Regina; MAGALHÃES, Ligia Cadermatori. *Literatura infantil: autoritarismo e emancipação*. São Paulo: Ática, 1984.

Data de Recebimento: 07/09/2016 | Data de Aprovação: 19/09/2016